



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638357 - ES (2021/0000723-6)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : SERGIO SANTANA MORAIS  
**ADVOGADO** : SÉRGIO SANTANA MORAIS - ES007181  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : JANETE PEIXOTO MIRANDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JANETE PEIXOTO MIRANDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (HC N. 2021.00.000.205).

A paciente encontra-se cumprindo pena de 6 anos de reclusão em regime inicial semiaberto pela prática dos delitos capitulados nos arts. 288 e 313-A, em continuidade delitiva, nos termos do art. 71, na forma do art. 29, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta que a paciente sofre constrangimento ilegal porquanto não obstante ter sido definido o regime semiaberto como inicial de cumprimento da pena encontra-se encarcerada em regime fechado, por falta de vaga em unidade adequada do sistema prisional. Além disso, afirma que a paciente faz parte de grupo de risco da covid-19, estando inclusive infectada com o vírus, colocando as demais detentas em risco de saúde.

Requer, liminarmente, que seja deferida a prisão domiciliar e que seja deferida a autorização para trabalho externo. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que confirme a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO

PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente